

Estudo exploratório sobre a atuação dos psicólogos escolares que trabalham com populações especiais em Mato Grosso do Sul¹

Carmem E. Flores Mendoza²

O objetivo do presente trabalho foi realizar um levantamento das características dos psicólogos que trabalham com populações especiais no estado de Mato Grosso do Sul. Foram entrevistados 51 psicólogos de diversas cidades do estado. Verificou-se que os resultados são compatíveis com os obtidos em pesquisas mais genéricas sobre a formação do psicólogo brasileiro. Entre eles, pode-se destacar o predomínio do modelo clínico na atuação profissional. Planejamento, avaliação curricular e treinamento de professores não constam como atividades desenvolvidas pelos profissionais.

Palavras-chave: Formação Profissional - Psicólogo Escolar - Educação Especial

Abstract

An exploratory study on school psychologist working with special population in Mato Grosso do Sul

The objective of this work was to carry out a survey concerned about the characteristics of those psychologists working with special populations in Mato Grosso do Sul State. Interviews with 51 psychologists from several cities of the State were conducted. Findings showed results that are compatible with those obtained in more general researches about the Brazilian psychologists academic formation. Among others it can be emphasized the clinical model's prevalence in their professional practice. Designing, curricula evaluation and teachers training are not carried out by these professionals.

Key words: Professional Preparation, School Psychologist, Special Education

Introdução

Uma crescente preocupação, sobre a formação e a atuação do psicólogo no Brasil, vem sendo registrada em publicações oficiais, relatórios técnicos e acadêmicos da categoria. O esforço mais conhecido em sistematizar informações sobre tal assunto constitui talvez as pesquisas patrocinadas pelo Conselho Federal de Psicologia apresentadas nas obras *Quem é o psicólogo brasileiro?* (1988), *Psicólogo brasileiro: Construção de novos rumos* (1992) e

Psicólogo brasileiro: Práticas emergentes e desafios para a formação (1994).

Por meio dessas pesquisas, sabe-se que a área clínica continua sendo a área de atuação preferida pelos psicólogos (60,9%), vindo logo a seguir a área organizacional (20,7%) e, em terceiro lugar, a área escolar (16,5%).

No que se refere à área escolar, Wechsler (1989) realizou um reagrupamento dos dados coletados pelo CFP em 85/86. Tal reagrupamento revelou um pequeno decréscimo na escolha dessa área por profissionais de quase todas as regiões do País com exceção do Nordeste. Resultado visto pela autora como discrepante das últimas observações e relatórios que a mesma estava recebendo de Estados e municípios preocupados com a educação pública.

1. Este trabalho teve apoio financeiro parcial da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)-Campo Grande em 1993, quando a autora era professora daquela instituição.

2. Doutoranda do IP da USP no programa de Psicologia Escolar-Bolsista CNPq

Endereço para correspondência: Rua Loureiro da Cruz, 35, apto 903, Aclimação, CEP 15290-020, São Paulo, SP.

De fato, a observação de estar ocorrendo no País, um aumento de interesse pela área escolar, talvez encontre sua prova mais palpável no êxito obtido (pela frequência e qualidade dos participantes) nos dois congressos nacionais (1991 e 1994) promovidos pela ABRAPPEE (Associação Brasileira de Psicólogos Escolares e Educacionais). Assim, também na literatura nacional começa a revigorar o interesse acadêmico por essa área (Benchaya,1993; Oliveira,1993; Gonçalves,1994).

A situação da Psicologia Escolar no Brasil, e de outros Países Latino-americanos, também é analisada favoravelmente na obra *Psicologia Escolar: padrões e práticas em Países de língua espanhola e portuguesa*, organizada por Guzzo, Almeida e Wechsler (1993).

A despeito de um aumento de interesse dos psicólogos pela área escolar, merecem atenção as discussões em torno da identidade e da prática do psicólogo escolar, se comparada à identidade e à prática da psicologia clínica. Em relação à primeira, Wechsler (1989) afirmou haver um consenso internacional, segundo o qual, o Psicólogo Escolar define-se como alguém que trabalha em função de um melhor processo de ensino-aprendizagem. No entender da autora, o Psicólogo Escolar pode prestar serviços como: orientação psicopedagógica, diagnóstico, aconselhamento vocacional, intervenção, reabilitação, consultório, treinamento, ensino, supervisão, encaminhamentos, desenvolvimento organizacional, seleção de pessoal, desenvolvimento e avaliação de programas, prevenção e pesquisa. Contudo, alguns desses serviços são considerados também como de competência da área clínica (orientação psicopedagógica, diagnóstico, reabilitação) ou da área organizacional (desenvolvimento organizacional, seleção de pessoal), sendo que, "avaliação curricular" parece ser uma atividade

exclusiva da área Escolar (Carvalho, 1988). A esse respeito, Leite (1993) afirmara, em um artigo polêmico, que sete das dez principais atividades desenvolvidas pelos psicólogos nas instituições educacionais pertencem à área clínica.

Por outro lado, Mejias (1987), apesar de tomar cuidados em caracterizar a atuação clínica sem invadir outras áreas, afirmara que o indivíduo, embora primordial, não é o único nível de intervenção na atuação clínica. Eventualmente, segundo a autora, o psicólogo clínico poderá intervir em nível familiar, organizacional ou comunitário. E, mais ainda, a autora faz a observação que uma das primeiras atuações de caráter clínico no Brasil foi a assistência à criança-problema em 1938 através da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar do Estado de São Paulo.

Observa-se, pois, na prática psicológica, uma diversidade de técnicas, estratégias e métodos de intervenção de caráter remediativo e preventivo, o que torna difícil delimitar ou caracterizar a área a que elas pertencem, a não ser pelo local onde são realizadas. Dessa forma, seria válido a consideração feita por Pfromm Neto (1985) sobre a necessidade de integração de atividades e conhecimentos psicológicos em qualquer setor de atuação.

A Educação Especial constitui uma área interessante por ser um campo no qual, ao que parece, todas as práticas psicológicas são pertinentes. Assim mesmo, trata-se de uma área que exige por excelência o funcionamento de uma equipe multidisciplinar (psicólogo, pedagogo, professor, médico e técnicos paramédicos). Nesse sentido, em São Paulo, ao psicólogo é garantido o trabalho de diagnosticar os casos de deficiência mental (Portaria Conjunta CENP/CEI/COGSP/DAE-1986, art.16). A lei não especifica se a intervenção diagnóstica seria realizada por psicólogos escolares ou por

psicólogos clínicos, mesmo porque a Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962 que trata da formação em psicologia e regulamenta a profissão do psicólogo, não prevê especialistas de nenhuma área. Portanto, a intervenção psicodiagnóstica pode ser realizada por profissionais de qualquer área de atuação psicológica (clínica, escolar, institucional, organizacional etc).

As funções do psicólogo escolar no campo da Educação Especial obedeceriam, também, mais a uma consideração acadêmica do que a um reconhecimento legal.

Em instituições filantrópicas como APAES e Pestalozzes (que detêm a hegemonia no atendimento a pessoas portadoras de excepcionalidade), é sobejamente conhecida a importância da presença de um psicólogo e espera-se que, por tratar-se de instituições voltadas também ao ensino especial, tal profissional assumira funções que caracterizem um psicólogo escolar. Contudo, a aceitação de diversos tipos de excepcionalidades acarreta a possibilidade de que em alguns casos o ensino formal tenha poucas chances de ocorrer. Nesse momento, o papel do psicólogo escolar poderia ficar mais indefinido. Embora a extensão da excepcionalidade (de leve a profunda), não signifique que o processo de ensino-aprendizagem tenha um limite — pelo contrário, continua em outros contextos como, por exemplo, os ocupacionais —, caberia questionar qual seria o papel do psicólogo escolar com a equipe multidisciplinar na reabilitação de excepcionais adultos e deficientes físicos profundos, deficientes múltiplos.

No I Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional, Keiralla (1993) afirmara que uma das primeiras atividades do psicólogo escolar em educação especial seria a de criar instrumentos precisos de avaliação. Tal sugestão é válida e bastante pertinente levando-se em consideração a intervenção diagnóstica necessária e legal do psicólogo em Educação Especial.

No segundo encontro do mesmo evento, apresentaram-se alguns trabalhos de intervenção em populações com necessidades especiais (trabalhos principalmente relacionados ao uso da informática), mas faltaram informações sistemáticas sobre o que estão fazendo os psicólogos na área da educação especial.

Dessa forma, o presente trabalho objetivou realizar um levantamento exploratório no estado de Mato Grosso do Sul sobre as atividades dos psicólogos que trabalhavam em instituições para excepcionais.

Método

Sujeitos

Foram questionados 51 psicólogos sulmatogrossenses atuantes³ em instituições públicas e/ou particulares especializadas no atendimento a excepcionais. Do total de profissionais, 32 eram da cidade de Campo Grande, 3 da cidade de Aquidauana, 3 de Dourados, 3 de Três Lagoas, 2 de Mundo Novo, 2 de Corumbá, 1 de Aparecida do Taboado, 1 de Rio Brillhante, 1 de Maracajú, 1 de Paranaíba, 1 de Jardim e 1 de Sidrolândia.

Colaboraram para o levantamento, 8 acadêmicas do 3º ano do curso de psicologia da Universidade Católica Dom Bosco.

Material e Procedimento

As entrevistas foram realizadas seguindo um questionário semi-estruturado elaborado pela equipe contendo questões referentes a características pessoais, formação acadêmica, atuação profissional e reciclagem profissional.

Resultados

Apesar do objetivo de abranger todas as cidades de Mato Grosso do Sul que contassem com instituições de atendimento psicológico ao

3. A amostra foi colhida no período de fevereiro a novembro de 1993.

excepcional (sejam estas particulares ou públicas),⁴ alguns profissionais atuantes em seis cidades não responderam nossa solicitação. Sendo assim, as regiões consultadas representam 66,6% do total de cidades que oferecem ensino especial no Estado de Mato Grosso do Sul (N=18).

Embora não se tenha um registro fidedigno do número de psicólogos atuantes no Estado, a subseção do CRP-06, situada em Campo Grande, estimava em 950 o número de psicólogos que trabalhariam em MS. Entretanto, para efeito de comparações, considerou-se a estimativa oficial do CRP-06 (1993) de 741 o número de psicólogos atuantes, sendo que 25,4% trabalhariam no interior e 74,6% trabalhariam na capital. Assim, tem-se que em MS haveria 1 psicólogo atuante para cada 926 pessoas na Capital, e 1 psicólogo para cada 6.460 pessoas no interior do Estado (considerando-se o tamanho da população).

Comparando-se com a amostra do presente estudo, obtém-se um resultado bastante parecido. Haveria um psicólogo para cada 1.642 excepcionais na capital, e 1 psicólogo para cada 6.596 excepcionais no interior do Estado. Isso significaria que, tanto para a população normal como para a população de excepcionais, cerca de $\frac{1}{4}$ dos psicólogos estariam à disposição de $\frac{3}{4}$ da população sulmatogrossense que reside no interior, ocorrendo o contrário na capital.

A concentração de profissionais na capital do Estado é um fenômeno conhecido e esperado também em outras áreas profissionalizantes. As capitais concentram, via de regra, uma clientela senão com mais possibilidade financeira, pelo menos mais flexível para a intervenção de profissionais como o psicólogo. Outras razões se-

riam as características de modernidade que rodeiam as capitais, e, portanto, com maior acesso a recursos tecnológicos. Os salários seriam mais convidativos do que os oferecidos no interior, e a distância geográfica do Estado de outros mais desenvolvidos, tornaria o interior menos atraente para os profissionais.

Quanto à representatividade da amostra (n=51), esta corresponde a 6,7% do total de psicólogos inscritos em MS (n=761). Tal percentagem corresponde quase a metade da percentagem estimada por Bastos (1988) de psicólogos que trabalhariam no campo escolar no CRP 06 (13,5%). Mas deve-se considerar que os 6,7% de psicólogos entrevistados correspondem a profissionais que trabalham na área da Educação Especial. Não se entrevistou aqueles que trabalhavam em outras esferas educacionais (ensino regular, por exemplo), assim como não consta dentro da porcentagem os psicólogos que não responderam à nossa solicitação. Portanto, o número de psicólogos que trabalham na esfera educacional em Mato Grosso do Sul, deve ser mais expressiva.

Os resultados a seguir tentam mostrar as características dos psicólogos que trabalham com populações especiais. Como eles atuam. Como foram formados. E que nível de informação eles apresentam.

Características dos Psicólogos atuantes em Educação Especial

Os psicólogos questionados, com exceção de um, eram todos do sexo feminino, com idade média de 31,4 anos e com 6,5 anos em média de tempo de conclusão do curso.

Em relação à experiência profissional, os entrevistados tinham em média 3,9 anos de atuação em Educação Especial.

Com respeito à procedência acadêmica, 72,5% da amostra provinha de Instituições Particulares e 25,4% de Instituições Públicas.

4. Na secretaria do MEC, consta o cadastramento de apenas 35 Instituições funcionando em Mato Grosso do Sul.

Tais resultados estão próximos dos apresentados por Rosas, Rosas e Xavier (1988). No levantamento desses autores, o CRP 06 aparece com 85,7% de psicólogos pertencendo ao sexo feminino, 51,8% pertencendo à faixa etária entre 30 e 39 anos e 52,7% casados. Mais uma vez confirma-se o caráter feminino e jovem da Psicologia como profissão.

Por outro lado, Gomide (1988) afirmou que 70% do ensino de Psicologia no país estaria sendo oferecido por instituições particulares de ensino. De forma semelhante, a presente amostra provinha na sua maioria de instituição particular (72,5%). Em todo o Estado, existem apenas duas instituições de ensino, pelo menos até 1993, que oferecem o curso de Psicologia (sendo uma particular e outra federal). Poucos profissionais da amostra provinham de instituições de ensino de outros estados.

Formação

As universidades tradicionalmente incluem, na formação do psicólogo, atividades supervisionadas nas áreas clínica, escolar e organizacional. Atualmente observa-se um interesse por novas áreas emergentes como social/comunitária, hospitalar/institucional, jurídica, etc. (Bomfim, 1994). Nesse sentido, questionou-se sobre quais as áreas profissionais nas quais a amostra teve melhor preparo das universidades de formação. Os resultados apontaram que a área clínica constitui a área de maior investimento acadêmico por parte das instituições de ensino. Tal preferência não constitui uma característica única do estado de Mato Grosso do Sul. A área clínica recebe maior investimento de quase todas as Instituições de Ensino Superior existentes no País (Witter e Col., 1992).

Questionou-se também se havia uma complementação na formação profissional

além da graduação. Apenas 35,3% dos profissionais disseram possuir o título de Especialista. Contudo, tal resultado não é preciso. Observou-se que alguns dos profissionais entendiam como “curso de especialização” qualquer curso de aperfeiçoamento ou de extensão promovidos por pequenos núcleos formativos.

Considerando que a atuação principal da amostra consistia no atendimento a pessoas excepcionais, questionou-se se os cursos de especialização ou de aperfeiçoamento que os profissionais freqüentaram estavam relacionados com aquela prática. Verificou-se que os cursos mencionados foram os mais variados, predominando, porém, os de formação terapêutica. Assim, teve-se cursos como Raimon (7,8%), Psicologia Infantil (7,8%) e Gestalt Terapia (3,9%). Apenas um profissional tinha realizado um curso de aperfeiçoamento em Educação Especial (0,9%).

O curso de Raimon merece uma observação especial. Trata-se de um curso com bastante penetração no âmbito dos psicólogos de Campo Grande. É bastante conhecido o fato de os alunos que terminam o curso de Psicologia planejarem fazer especialização em Raimon, afim de garantir uma formação complementar. O mesmo ocorre com alunos e profissionais da área pedagógica. Havendo poucos núcleos formativos que proporcionassem outros cursos de especialização, os profissionais de psicologia e de áreas afins costumam freqüentar o curso de Raimon.

Outro questionamento foi relacionado quanto à posição teórica que os profissionais assumiam na sua atuação. Predominaram as abordagens “Humanista” (29,4%) e “Psicanalítica” (25,4%). A abordagem “Comportamental” ocupou o último lugar (7,8%).

Quais os conhecimentos específicos e necessários à área de excepcionalidade? Era mesmo necessário uma especialização na área escolar? Ou os conhecimentos clínicos eram

suficientes? Com essas indagações, estruturou-se uma terceira parte do questionário, visando levantar informações sobre as atividades dos psicólogos.

Atuação profissional

Antes de verificar quais eram as atividades dos psicólogos, foram levantadas informações sobre as razões que predisuseram os profissionais a atuar com excepcionais. As razões mencionadas pelos entrevistados foram rotuladas pela equipe de pesquisa como fatores internos (envolvimento do profissional com a área) e fatores externos (oferta de vagas no mercado de trabalho). Isto não significa que alguns profissionais não tenham apontado um e outro fator simultaneamente. Assim, a amostra apontou os *fatores internos* de curiosidade e/ou interesse (39,2%), identificação com a excepcionalidade por terem parentes excepcionais (5,8%), filantropia ou necessidade de ajudar (1,9%), e oportunidade de desenvolvimento profissional (1,9%). Como *fatores externos*, a amostra apontou o aparecimento de concursos públicos (3,9%) e oportunidades ocasionais (41,1%).

Tabela 01. Fatores que influenciaram os profissionais na escolha de atuação com populações especiais

FATORES INTERNOS	f	%
Curiosidade/interesses	20	39,2
Filantropia	01	1,9
Identificação	03	5,8
Oportunidade para desenvolver-se	01	1,9
FATORES EXTERNOS	f	%
Primeira oportunidade surgida	21	41,1
Efetivação de trabalho voluntário	05	9,8
Concurso público	02	3,9
Convite de amigos/parentes	02	3,9

A atuação profissional foi dividida em *atividades gerais* e *atividades específicas*, estas últimas para explorar as ações que os psicólogos realizavam para atingir suas funções gerais. Assim, os profissionais apontaram quatro atividades com porcentagem acima de 70%, são elas: Orientação e Aconselhamento de Pais (96%), Avaliação Psicopedagógica (88,2%), Orientação Psicoeducacional (84,3%) e Orientação Sexual (72,5%). As atividades com porcentagem inferior a 40% foram: Planejamento e Avaliação Curricular (37,2%), Organização e Composição de Classes (37,2%), Planejamento de *Design* (23,5%) e Seleção e Treinamento do Corpo Administrativo (15,6%).

Tabela 02. Atividades gerais desenvolvidas pelos psicólogos da amostra (n=51)

ATIVIDADES	f	%
Orientação e Aconselhamento de Pais	49	96,0
Avaliação Psicopedagógica	45	88,2
Orientação Psicoeducacional	43	84,3
Orientação Sexual	37	72,5
Reeducação Psicomotora	29	56,8
Modificação de Comportamento	26	50,9
Elaboração de Programas Preventivos e Remediativos	26	50,9
Orientação Profissional	23	45,0
Organização e Composição de Classes	19	37,2
Planejamento e Avaliação Curricular	19	37,2
Desenvolvimento de Programas de Saúde e Higiene	19	37,2
Outros	18	35,2
Planejamento de Design da Sala de Aula	12	23,5
Seleção e Treinamento do Corpo Administrativo	08	15,6

As atividades específicas de maior preferência dos profissionais foram: Consulta ao professor do aluno em acompanhamento ou observação (98%), Consulta ao prontuário dos

alunos (82,3%), Registro do trabalho realizado (80,3%), Encaminhamento para outros profissionais de outras instituições (74,5%) e Contato com o técnico ou outros profissionais para completar sua intervenção psicológica (72,5%). As ações menos frequentemente realizadas foram: Utilização de pesquisas para propor soluções do problema (31,4%), Auxiliar o corpo administrativo a tomar decisões em relação aos problemas e necessidades da escola (31,4%), Auxiliar nos procedimentos de regulamentação da escola (25,4%) e, por último, Registro do tempo de serviço consumido em cada atividade (23,5%).

Tabela 03. Atividades específicas realizadas pelos psicólogos (n=51)

Estratégias	f	%
Consulta ao professor sobre aluno	50	98,0
Consulta ao prontuário do aluno	42	82,3
Registro do trabalho realizado Relatórios	41	80,3
Observação em sala de aula	40	78,4
Realiza recomendações a instituições para onde foi o encaminhamento	41	78,4
Encaminha para outros profissionais	38	74,5
Contato com a comunidade para completar a in- tervenção psicológica	37	72,5
Contato com outros profissionais p/ completar a intervenção psicológica	36	70,5
Estabelece prognóstico da criança avaliada	36	70,5
Realiza contatos com os pais para esclarecimento do encaminhamento	34	66,6
Avalia especificamente o comportamento da criança	31	60,7
Realiza acompanhamento do caso encaminhado	27	52,9
Utiliza-se de pesquisa para propor soluções do problema	16	31,4
Auxilia o corpo administrativo a tomar decisões em relação à escola	16	31,4
Auxilia na regulamentação da escola	13	25,4
Registra o tempo em cada atividade	12	23,5

As atividades apontadas pelos psicólogos demonstram uma direção tradicional na intervenção escolar, qual seja a de avaliação psicopedagógica e orientação familiar. Outras atividades diretamente relacionadas à educação do excepcional e de vital importância como Planejamento e Avaliação Curricular e Organização e Composição de Classes obtiveram percentual baixo. Não se dispõe de informações sobre a atitude desses psicólogos em relação àquelas atividades (por exemplo, se as atividades eram consideradas como estritamente da área pedagógica). Porém, é curioso comparar esses resultados com as informações dadas por Gonçalves (1994). Segundo essa autora (que contactou 54 agências formadoras no país), a atividade de estágio "Orientação de Pais" é a atividade com maior assiduidade dos alunos que estagiam na área escolar, sendo que o local privilegiado para as práticas profissionais constitui a Escola Pública de 1º Grau. As instituições de reabilitação aparecem apenas em 11º lugar. Assim, a forma de atuação dos profissionais com populações especiais poderia estar apenas reproduzindo o que foi aprendido durante os estágios feitos na graduação. E ao que parece, a atuação com outros agentes de ensino não constitui uma prática comum nos estágios de formação profissional.

Talvez aí residiria a diferença entre a atuação estritamente clínica e a atuação escolar, pois, nesta última, as atividades não se esgotariam na avaliação ou na orientação familiar. O Psicólogo Escolar envolve-se com a educação a partir dos seus agentes de difusão e auxilia na direção técnica dos programas curriculares de ensino. Mas, pelo que se deduz das respostas da amostra, parece haver um distanciamento do psicólogo em relação aos rumos técnico-administrativos da escola.

Em relação às dificuldades que os psicólogos enfrentavam na sua atuação profes-

sional, estas foram divididas em três campos: primeiro, as dificuldades em decorrência da infra-estrutura da instituição, em seguida, as dificuldades devidas à limitação de conhecimento técnico, e, por último, as dificuldades no relacionamento interdisciplinar.

Com respeito às dificuldades do primeiro tipo, os profissionais apontaram a falta de material e o espaço inadequado (33,3%), em seguida, a falta de contratação de profissionais especializados (17,6%) e, em terceiro lugar, a falta de bibliotecas nas próprias instituições (11,7%). Nesse sentido, os profissionais sentiam-se obrigados a se deslocar para a outros estados (principalmente para São Paulo) em busca de maior informação.

As dificuldades em decorrência da falta de conhecimento técnico em Educação Especial referiam-se ao pouco conhecimento em técnicas de reabilitação (39,2%), técnicas de exame para diagnósticos especiais (23,5%) e desconhecimento do desenvolvimento neuropsicológico de alguns quadros síndromicos (13,7%).

As dificuldades de relacionamento interdisciplinar referiam-se a problemas desta natureza com professores e pessoal administrativo (27,4%), divergências por linhas teóricas diferentes dos profissionais (13,7%) e problemas de comunicação com o médico (11,7%). Uma pequena parcela da amostra apontou não haver problemas deste gênero (33,3%).

Tabela 04. Dificuldades profissionais indicada pela amostra (n=51)

Dificuldades Profissionais por Infraestrutura e Recursos Humanos	f	%
Material e espaço inadequado	17	33,3
Falta de profissionais especializados	09	17,6
Falta de bibliotecas/distância de grandes centros acadêmicos	06	11,7
Dificuldades múltiplas	09	17,6
Problema de alta rotatividade	04	7,8
Não há dificuldade	03	5,8
Sem informação	03	5,8
Dificuldades Profissionais por Falta de conhecimento Técnico		
Desconhecimento de técnicas de reabilitação	20	39,2
Dificuldades de diagnóstico	12	23,5
Desconhecimento neuropsicológico de quadros síndromicos	07	13,7
Dificuldades de avaliação psicopedagógica	03	5,8
Não há dificuldade	03	5,8
Sem informação	04	7,8
Outros	02	3,9
Dificuldades Profissionais no Relacionamento Interdisciplinar		
Problemas de comunicação com professores e administração	14	27,4
Linha teórica diferente	07	13,7
Problemas de comunicação com médico	06	11,7
Não há dificuldades	17	33,3
Sem informação	03	5,8
Outros	04	7,8

Havendo falta de informação técnico-científica sobre populações especiais, a intervenção diagnóstica ou de reabilitação fica difícil para os profissionais de MS. Por outro lado, a dificuldade de comunicação com professores e com o pessoal administrativo pode estar relacionada com a falta de treinamento e/ou orientação desses profissionais, tal como foi visto nas atividades gerais.

Reciclagem e Informação Profissional

A última parte do estudo direcionou-se a levantar informações sobre hábitos e tipos de leitura que os profissionais realizavam, e sobre a frequência destes em eventos técnico-científicos compatíveis com a área de atuação.

Verificou-se que 64,6% possuíam hábitos de leitura, sendo que 56,8% costumavam ler revistas e 7,8%, livros. Com relação a assinaturas de revistas, apenas 9,8% dos profissionais afirmaram assinar alguma revista, porém estas não eram especializadas na área da Educação Especial (Ex: *Insight*, *Superinteressante*). As revistas mais apontadas foram *Mensagem da APAE* (31,3%), *Integração* (5,8%), *Temas sobre Desenvolvimento* (3,9%), *Distúrbios da Comunicação* (3,9%) e *Nova escola* (3,9%). As revistas geralmente estavam à disposição nas instituições, porém, os profissionais afirmaram não haver uma assinatura periódica das mesmas, devido aos sérios problemas financeiros das instituições. Frequentemente as revistas encontravam-se descontinuas.

Quanto a eventos técnico-científicos frequentados pelos profissionais no período de 1991 e 1992, observou-se que a maioria dos psicólogos tinha assistido a algum tipo de evento (76,3%), sendo que 56,8% eram relacionados à Educação Especial e os outros 19,5% referiam-se a eventos de caráter geral.

Os eventos frequentados pelos psicólogos geralmente foram promovidos pelas autarquias às quais as instituições estavam subordinadas (Ex: Federação Nacional das Apaes, Sociedades Pestalozzi), ou eram encontros realizados fora do Estado.

Embora a frequência dos profissionais em eventos técnicos parece não ter sido suficiente para enfrentar as dificuldades técnicas de atuação (talvez pelo caráter efêmero desses eventos), observou-se que os profissionais possuíam uma opinião segura sobre o modelo de atuação do psicólogo em relação a populações especiais. Assim, os entrevistados apontaram em primeiro lugar o modelo Educacional (31,3%) e, logo a seguir, a combinação dos modelos Clínico + Educacional + Institucional (29,4%). O modelo Clínico e a combinação dos modelos Educacional + Institucional tiveram baixa porcentagem (5,8% e 3,9% respectivamente). Assim, observou-se que os profissionais consideraram sua área como sendo um campo de atuação primordialmente da Psicologia Escolar/Educacional, na qual colaboram os modelos Clínico e Institucional.

Tabela 05. Opinião dos psicólogos sobre o modelo de atuação psicológica em populações especiais

Tipo de atuação	f	%
Educacional	16	31,3
Clínica + Educacional + Institucional	15	29,4
Institucional	08	15,6
Clínica + Educacional	06	11,7
Clínica + Institucional	—	—
Clínica	03	5,8
Educacional + Institucional	02	3,9
Sem informação	01	1,9
Total	51	99,6

Restava saber quais os conhecimentos que tais profissionais julgavam importantes para a atuação profissional.

Segundo os entrevistados, tais conhecimentos dizem respeito a: Psicologia do Excepcional (96%), Psicologia do Desenvolvimento (96%), Neuropsicologia (86%), Psicomotricidade (78,4%), Psicodiagnóstico (78,4%), Psicologia da Aprendizagem (72,5%) e Testes e Medidas de Avaliação (72,5%). Os conhecimentos menos apreciados pelos psicólogos foram: Metodologia Científica (33,3%) e Estatística (23,5%).

Tabela 06. Áreas de conhecimento consideradas imprescindíveis pela amostra (n=51)

Áreas	f	%
Ps do Excepcional	49	96,0
Ps. do Desenvolvimento	49	96,0
Neuropsicologia	44	86,7
Psicomotricidade	40	78,4
Psicodiagnóstico	40	78,4
Ps. da Aprendizagem	37	72,5
Testes e Medidas de Avaliação	37	72,5
Pedagogia Terapêutica	36	70,5
Psicopatologia	35	68,6
Psicologia Social e Institucional	35	68,6
Dinâmica de Grupo e Recursos Humanos	29	56,8
Técnicas de Modif. de Comportamento	29	56,8
Técnicas de Ensino	25	49,0
Bases Biológicas do Comportamento Humano	23	45,0
Metodologia Científica	17	33,3
Estatística	12	23,5

Discussão e conclusão

A relação psicólogo x pessoa excepcional mostrou haver poucos profissionais engajados no campo da excepcionalidade no Estado de Mato Grosso do Sul, principalmente

no interior do mesmo. Embora tais cifras não sejam exatas pela abrangência incompleta da amostra, é muito improvável que o quadro melhore, haja visto a distribuição de psicólogos atuantes inscritos no CRP que trabalham na capital e no interior de MS. Um maior engajamento de profissionais também implicaria necessariamente um maior investimento da administração do Estado em Educação Especial. Lamentavelmente, em todo o país, tal área educacional não dispõe da atenção devida.

Por outro lado, as instituições de Ensino Superior, principalmente as particulares, maiores responsáveis pelo contingente de profissionais colocados no mercado de trabalho, continuam investindo predominantemente na área clínica mesmo em Estados pouco desenvolvidos como Mato Grosso do Sul.

Assim mesmo, a ênfase clínica na formação dos profissionais, talvez tenha-os coibido para realizar atividades que se relacionam estreitamente com o ensino dos excepcionais, como são o Planejamento e Avaliação de currículos e a Organização e Composição de classes. O quadro fica preocupante com relação a esta última. Sabe-se, por exemplo, da dificuldade técnica que implica dividir e organizar classes para deficientes mentais. Ainda é um problema decidir se o estabelecimento de classes se faz por critérios de idade cronológica ou por nível de deficiência mental. Um estudo realizado pela autora, sobre a atuação dos pedagogos em educação especial em 1993 (trabalho não publicado), revelou que tais profissionais enfrentam enormes dificuldades em realizar tal tarefa. Se o psicólogo não participa dessa atividade e o pedagogo não consegue também realizá-lo de forma efetiva, fica a questão: como estaria sendo a composição de classes para excepcionais?

Outro fator observado foi o distanciamento dos psicólogos com o ensino de ex-

cepcionais. Verificou-se que atividades como “Auxiliar o corpo administrativo a tomar decisões em relação aos problemas e às necessidades da escola” e “Auxiliar nos procedimentos de regulamentação da escola” são atividades pouco exercidas pelos profissionais. Parece que a participação destes com populações especiais restringe-se à observação, avaliação e encaminhamento do aluno. Disto pode depreender-se que as dificuldades de comunicação com professores e pessoal administrativo poderiam estar associadas à falta de conhecimento sobre a importância de treinamento e/ou orientação a pessoas ou agentes ligados direta ou indiretamente à sala de aula.

A atenção, quase que exclusiva, na avaliação e remediação dos problemas do aluno, parece estar ocorrendo também no ensino comum. Segundo Yazlle (1990), no que se refere ao estado de São Paulo: “*Com a oportunidade de atuarem junto às redes públicas de ensino, com uma valorização profissional conquistada por órgãos da categoria e por competentes antecessores, os novos psicólogos escolares estão reproduzindo uma psicologia individualizadora e descontextualizadora, provavelmente revelando seu preparo insuficiente*”. (p.58)

Embora as práticas psicológicas em educação especial durante a formação profissional sejam efetuadas no âmbito do estágio em Psicologia Escolar (Yazlle, 1990; Oliveira, 1993; Gonçalves, 1994), o modelo de atuação aprendido e reproduzido pelos psicólogos que atuam com populações especiais em MS corresponde mais ao modelo clínico, isto é, à ênfase nas práticas individuais e remediativas. E isto apesar dos psicólogos manifestarem que o modelo educacional é o mais apropriado para a educação especial. Talvez a contradição entre o julgamento e a atuação de tais profissionais decorra da falta de uma visão mais ampla da

instituição escolar. Tome-se, como exemplo, o tratamento de pessoas com deficiências múltiplas ou profundas (sejam estas de caráter cognitivo ou físico sensorial/motor). Tal população requer a participação de vários elementos da comunidade, sejam professores, pais e/ou amigos para que o processo de ensino-aprendizagem possa ocorrer (pelo menos a aprendizagem de habilidades básicas de sobrevivência). Mas os cursos sobre técnicas (Psicomotricidade, Ramain) ou sobre abordagens (Psicanálise, Gestalterapia, Humanismo) parecem não ter sido suficientes aos profissionais para que vislumbassem a Educação Especial de maneira mais ampla. Também não se encontram nesse cursos informações específicas sobre excepcionalidade (aparecimento e desenvolvimento).

Conforme o interesse da sociedade em atender os excepcionais (atualmente em aumento), o índice de profissionais que trabalham na Educação Especial poderá aumentar. No momento, estes parecem encontrar dificuldades na atuação profissional. Ao que parece, não por falta de interesse, haja visto o índice de frequência dos profissionais em eventos, e sim, pela falta de cursos apropriados no ambiente acadêmico do Estado.

Referências

- Bastos, A.V.B. (1988). Áreas de Atuação - Em Questão o Nosso Modelo de Profissional. In: Conselho Federal de Psicologia. *Quem é o Psicólogo Brasileiro?*, São Paulo:EDICON.
- Benchaya, R. (1993). Percepção do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar: relatos de estagiários e supervisores. Dissertação de Mestrado apresentada ao IP da USP.
- Bomfim, E. De M. (1994). Psicologia Social, Psicologia do Esporte e Psicologia Jurídica. In: Rosemary Achcar (coord.) *Psicólogo Brasi-*

- leiro: Práticas emergentes e desafios para a formação.* São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Carvalho, A. M. A (1988). Atuação Psicológica: Uma Análise das Atividades Desempenhadas pelos Psicólogos. *In: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro?*, São Paulo:EDICON.
- Gomide, P.I.C. (1988). A Formação Acadêmica: Onde Residem suas Deficiências. *In: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro?* São Paulo:EDICON.
- Gonçalves, C.L.C. (1994). Formação e Estágio Acadêmico em Psicologia Escolar no Brasil: Análise Curricular. Dissertação de Mestrado apresentada ao IP da Puccamp.
- Guzzo, R.S.L.; Almeida, L. E Wechsler, S. (1993). *Psicologia Escolar: Padrões e Práticas em Países de Língua Espanhola e Portuguesa.* Campinas: Átomo.
- Keiralla, D.M.B. (1992). Criação de Instrumentos de Avaliação: função do Psicólogo Escolar? *Anais do I Congresso Nacional de Psicologia Escolar, PUCCAMP, Campinas: Átomo.*
- Leite, S.A. da S. (1993). Psicologia e Educação: re- vendo uma antiga questão. *Jornal do CRP-6ª Região, 13 (81): 10-11.*
- Mejias, N.P. (1987). Modalidades de Atuação e Pesquisa em Psicologia Clínica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 3 (2): 166-177.*
- Oliveira, F.A.F. (1992). Formação do Psicólogo Escolar em duas Instituições de Ensino Superior: Análise através dos Planos de Disciplinas. Dissertação de Mestrado apresentada ao IP da Puc- camp.
- Pfromm Netto S. (1985). *Psicologia: introdução e guia de estudo.* São Paulo: EDU/EDUSP/CNPq.
- Rosas, P., Rosas, A. E Xavier, I.B. (1988). Quantos e Quem somos?. *In: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro?* São Paulo: EDICON.
- São Paulo, Secretaria de Educação e Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *Subsídios relativos à avaliação de crianças e jovens suspeitos de excepcionalidade para fins educacionais.* São Paulo, SE/CENP.
- Witter, G.P.; Witter, C.; Yukimitsu, M.T.C.P. e Gonçalves, C.L.C. (1992). Atuação do Psicólogo Escolar e Educacional no Brasil: perspectivas através de textos. *In: Conselho Federal de Psicologia. (ORG.) Psicólogo Brasileiro: construção de novos espaços.* Campinas: Átomo. Capítulo 02.
- Wechsler, S.M. (1989). Panorama Nacional da Formação e Atuação do Psicólogo Escolar. *Psicologia, Ciência e Profissão, ano 9, nº 3: 26-30.*
- Yezlle, E. G. (1990). A Formação do Psicólogo Escolar no Estado de São Paulo — Subsídios para uma ação necessária. Tese de Doutorado apresentada à PUC-SP.